

BOLETIM INFORMATIVO

Núcleo Especializado de
**Cidadania e
Direitos Humanos**



01 de fev. a 31 de maio
de 2023



O Informativo do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da Defensoria Pública de São Paulo (DPESP) apresenta as principais atividades desenvolvidas no período.

EDITORIAL: O CASO CASTELINHO

Em 05 de março de 2002, em um pedágio da Rodovia Castelinho, na cidade de Sorocaba-SP, doze pessoas foram sumariamente executadas em uma operação do GRADI (Grupo de Repressão e Análise aos Delitos de Intolerância). A Operação ficou conhecida como "Castelinho", sendo a mais emblemática das ações executadas pelo GRADI, grupo formado por policiais civis que deveria combater crime de intolerância, mas que teve sua finalidade desvirtuada para o combate ao crime organizado e ao "Primeiro Comando da Capital" (PCC). A versão oficial apresentada é a de que as 12 vítimas seriam membros do Primeiro Comando da Capital (PCC) e se dirigiam ao aeroporto daquela cidade para efetuar um roubo que poderia lhes render R\$ 28 milhões. Após terem conhecimento do crime por meio do Gradi, os policiais realizaram o cerco na rodovia conhecida como Castelinho. Ainda conforme a versão oficial, as vítimas estariam armadas e reagiram à abordagem, o que resultou em disparos contra o ônibus. Investigações realizadas pelo Ministério Público comprovaram, no entanto, que a operação conhecida como "Castelinho" foi forjada por agentes estatais, inclusive de alto nível hierárquico, para fazer exatamente o que se fez: executar as 12 vítimas. CIDH concluiu que a integridade psíquica dos familiares foi impactada. Aproximadamente 100 (cem) policiais cercaram o ônibus e iniciaram um tiroteio, que, após, foi justificado como "ato de resistência".

Mais de 700 disparos foram realizados, apenas 1 (um) policial foi ferido com lesões leves, e todas as doze vítimas faleceram, sendo eles: José Airton Honorato, José Maia Menezes, Aleksandro de Oliveira Araújo, Djalma Fernandes Andrade de Souza, Fabio Fernandes Andrade de Souza, Gerson Machado da Silva, Jeferson Leandro Andrade, José Cícero Pereira dos Santos, Laercio Antonio Luis, Luciano da Silva Barbosa, Sandro Rogerio da Silva e Silvio Bernardino do Carmo.

Em 24 de abril de 2003, a Fundação Interamericana de Direitos Humanos (FIDH) submeteu o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), uma vez que as tentativas de pedidos de investigação resultaram em ameaças, prevendo-se impossível qualquer investigação imparcial e efetiva com a responsabilização dos agentes públicos envolvidos.

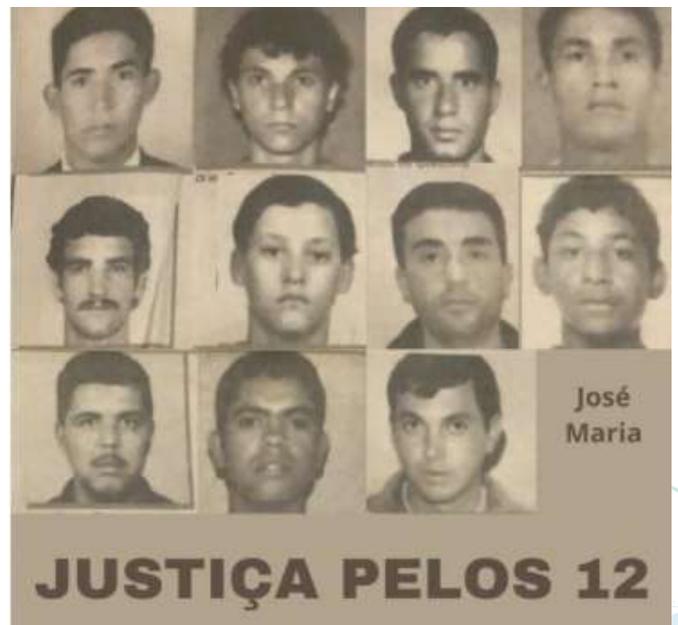
Em 06 de dezembro de 2019, a CIDH emitiu o Relatório de Mérito, concluindo que o Estado brasileiro não demonstrou que a operação foi planejada de modo adequado, proporcional, e de conformidade com um arcabouço jurídico compatível com o uso da força. Quanto à devida investigação, a CIDH observou que o Estado não confirmou a realização de certas diligências necessárias para o esclarecimento dos fatos.

Por fim, considerando a forma cruel como as vítimas foram privadas de suas vidas, e os acontecimentos posteriores, a a CIDH concluiu que a integridade psíquica dos familiares foi impactada. Assim, a CIDH reconheceu a responsabilidade internacional do Brasil pela violação dos direitos protegidos pelo artigo 4 (vida), 5 (integridade pessoal), 8 (garantias judiciais) e 25 (proteção judicial), em relação aos artigos 1.1 e 2 (deveres do Estado), todos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Ante o não cumprimento pelo Estado brasileiro das recomendações emitidas, a CIDH apresentou o caso perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos em 28 de maio de 2021.

Com a extinção da FIDH, o NCDH passou a representar as vítimas no processo, enviando o Escrito de Solicitações, Argumentos e Provas (EPAP) à Corte Interamericana em dezembro de 2021. O Estado brasileiro apresentou sua Contestação em 31 de março e 1º de abril de 2022, negando sua responsabilidade internacional e retomando a narrativa de legítima defesa dos policiais militares, afirmando que agiram de forma proporcional de conformidade com as normativas internacionais sobre uso da força. Em 16 de junho de 2022, o NCDH e a CIDH enviaram suas Réplicas à Contestação do Estado.

Nos dias 08 e 09 de fevereiro de 2023 ocorreram as audiências públicas na sede da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em San José da Costa Rica. Os integrantes do NCDH, Surrailly Youssef, Fernanda Balera, Davi Quintanilha e Antônio Mafezzoli formaram a delegação da representação das vítimas na Corte. Representando os familiares, a irmã de Silvio Bernardino do Carmo, Sra. Silvana, fez seu relato perante a Corte. Os familiares de Laércio Antônio Luiz, de Sandro Rogério da Silva, de José Cícero Pereira dos Santos de Sandro Rogério da Silva enviaram seus depoimentos por affidavit.

A representação das vítimas também contou com o depoimento de uma promotora pública, testemunha do inquérito aberto à época e com o relato do perito Bruno Paes Manso para esclarecer o complexo contexto da época. Por fim, o Estado brasileiro contou com o depoimento de Antonio Henrique Graciano Suxberger, perito e Promotor de Justiça, o qual admitiu as falhas no controle das atividades policiais da época e persistentes até os dias atuais.



Confira a 1ª parte da Audiência [aqui](#) e 2ª parte [aqui](#)

[Veja as matérias sobre o caso:](#)



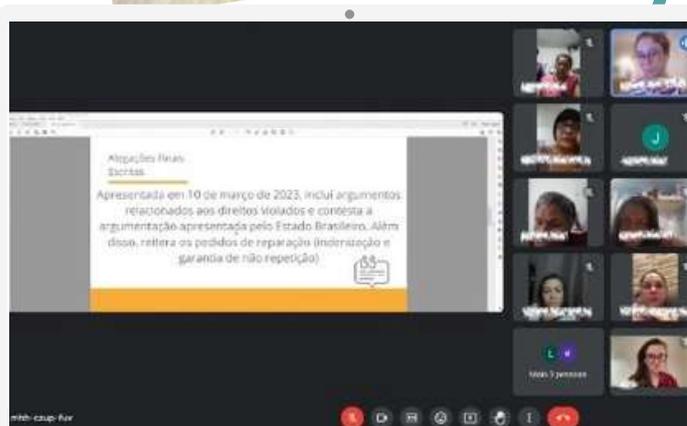
Em artigo publicado na folha de São Paulo, o NCDH ressaltou a importância de o caso ter chegado a Corte Interamericana: “com o processo na Corte Interamericana, o Estado brasileiro tem a chance de dar uma resposta diferente em um caso que expressa como se opera a violência policial no país. Trata-se da primeira denúncia sob a nova gestão do governo Lula. Em vez de esperar uma condenação internacional, o Estado pode reconhecer sua responsabilidade em ato público que contribua para a recuperação da confiança das vítimas em suas instituições. Foi o que fez recentemente a Colômbia no caso Rodríguez Vera. Pode, também, aprimorar os mecanismos de controle da atividade policial, fortalecendo ouvidorias externas, a participação das vítimas nas investigações e determinando a instalação de câmeras corporais nas fardas policiais”. [Confira aqui!](#)

Enquanto alguns integrantes do NCDH representava as vítimas na Corte Interamericana, na Costa Rica, a coordenadora Cecília Nascimento Ferreira, junto a outros integrantes do NCDH, promoveu um evento, no dia 08 de fevereiro, para transmitir ao vivo a Audiência Pública para os familiares no auditório da Defensoria Pública. O evento contou com a participação de Nathan Diego Neves Luiz, familiar de uma das vítimas do caso Castelinho, de Carla Osório, professora da Unifesp, de Diana Mendes da Silva, representante do Observatório da Violência Racial (OVIR/CAAF), de Maria Cecília de Araújo Asperti, professora da FGV Direito SP, e de Luísa Plastino, do Núcleo de Gênero e Direito da FGV/SP.

[Confira aqui : Artigo de opinião Folha de São Paulo](#)



Em 22 de março de 2023, as coordenadoras do NCDH realizaram uma reunião com os familiares para explicar o que ocorreu na Audiência Pública, esclarecer quais foram as alegações do Estado brasileiro, bem como quais os próximos passos. Explicou-se que, em casos brasileiros, a sentença costuma ser publicada 4 a 8 meses após a audiência, e que, caso a sentença reconheça a responsabilidade internacional, serão iniciadas tratativas com o Estado para cumprimento da decisão com intermédio da Corte Interamericana.





POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Defensoria pede à Prefeitura de São Paulo fim da remoção de barracas

Em 13 de fevereiro de 2023, o NCDH enviou recomendação à Prefeitura Municipal de São Paulo para que as equipes de zeladoria urbana se abstivessem de recolher barracas, cobertores, roupas e itens de higiene pessoal da população em situação de rua, nos termos do Decreto 59.246/2020. A recomendação foi expedida após intensificação das operações de zeladoria urbana na região central.

O Núcleo atuou também na ação popular movida com esse objetivo (processo nº 1008236-56.2023.8.26.0053), participando por determinação do juízo na audiência designada que ocorreu no dia 24 de fevereiro. Nesse processo, havia sido concedida liminar para que a Prefeitura observasse estritamente as obrigações contidas no Decreto, porém a liminar foi revogada pelo Tribunal de Justiça em 31 de março no agravo de instrumento interposto, sob o fundamento “que o Município afirma que vem cumprindo à risca o Decreto Municipal 59.246/2020”.

Ainda nesse tema, o NCDH apresentou relatório com as denúncias apuradas sobre a retirada ilegal de pertences na ADPF 976, sob a relatoria do Min. Alexandre de Moraes, em que está pendente de análise pedido de antecipação de tutela.

O NCDH orienta que, caso se presencie alguma ação de retirada de pertences da população em situação de rua por agentes públicos municipais, seja feito registro de data, horário, lugar e, se possível, colheita de imagens, com envio para o e-mail: nucleo.dh@defensoria.sp.def.br.



Atendimento Itinerante na Zona Leste da Capital

Em 24 de fevereiro de 2023, o NCDH ofereceu atendimento itinerante na Casa Restaura-me, no Brás, zona leste da capital. Trata-se de um núcleo de convivência que provê à população em situação de rua alimentação, higiene, apoio social, jurídico, psicológico e médico, além de atividades esportivas, culturais, lúdicas e pedagógicas.

Na ocasião, foram atendidas 40 pessoas, sendo 22 casos criminais e 18 cíveis. Participaram da atividade as defensoras e defensores Cecília Ferreira, Surrailly Youssef, Davi Quintanilha, Betania Ferraz, Glauco Mazetto e Renata Moura; a agente Lara Faria e os agentes Wilherson Luiz, Robervan Ribeiro e Pedro Carneiro, do CAM.





POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Visita na Vila Reencontro com o MPF e Movimentos

No dia 01 de março de 2023, o NCDH, representado pela defensora Cecilia Ferreira, a convite da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Habitação (SMADS), em conjunto com movimentos sociais e o Procurador do MPF, José Rubens, participou de uma visita ao Vila Reencontro, projeto da Prefeitura de acolhimento de pessoas em situação de rua.

O encontro teve por objetivo a apresentação das 40 casas modulares construídas, assim como explicar sobre a proposta do projeto e as condições para a elegibilidade das famílias contempladas.

Na oportunidade houve uma conversa com as famílias residentes no local, que se mostraram satisfeitas com a moradia. As famílias, de até quatro pessoas, dispõem de uma unidade autônoma de 18m², equipada com cozinha e banheiro. Além disso, contam com quatro refeições diárias e acesso a lavanderia comunitária.

Inaugurado no dia 23 de dezembro de 2022, a Vila Reencontro fica em um terreno próprio do Município cedido à SMADS, composta por 40 unidades residenciais e com previsão de expansão para até 270 unidades.



Audiência pública sobre políticas públicas para POP RUA

Em 17 de março de 2023, a coordenação do NCDH participou, a convite do Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo (FASSP), de audiência pública na Câmara de Vereadores de São Paulo sobre políticas públicas para a população em situação de rua, com intuito de debater e buscar soluções efetivas para as questões que envolvem a situação atual dessa parcela da população.





POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

TRF3 sedia reunião do CNJ sobre atendimento à população em situação de rua

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) sediou no dia 16 de março reunião interinstitucional promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para tratar de ações de atendimento à população em situação de rua. Dentre os presentes estavam a coordenadora do NCDH, defensora pública Fernanda Penteadó Balera; o subdefensor público-geral do Estado de São Paulo, Rafael Pitanga Guedes; a advogada, conselheira seccional e vice-presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos da OAB-SP, Priscila Akemi Beltrame; o advogado Sidarta Martins, também da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP.



Roda de conversa na
Cooperativa Bloco da Rua

Em 30 de março de 2023, o NCDH, representado pela coordenadora Fernanda Balera, participou de uma roda de conversa na cooperativa Bloco da Rua. A reunião teve como pauta alguns temas, como o que é a Defensoria; as demandas que podem ser atendidas; e os direitos da população em situação de rua.





POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Ajuizamento de ACP sobre políticas de atendimento habitacional

Em 03 de abril de 2023, a Defensoria, através do NCDH, do Núcleo Especializado de Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência (NEDIPED), e do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo (NHABURB), propôs uma Ação Civil Pública com pedido de tutela provisória contra o Município de São Paulo, pedindo para que o Município adote políticas de atendimento habitacional provisório, como por exemplo o auxílio aluguel, para a população em situação de rua e outros grupos vulneráveis, a fim de se assegurar o direito fundamental à moradia e convivência família (processo nº 1018279-52.2023.8.26.0053)



Atendimento na Penha sobre as ações de zeladoria

Em 12 de abril de 2023, o NCDH ofereceu atendimento à população em situação de rua na região do Rio Gamelinha, na área da Subprefeitura Penha. A atividade teve por objetivo averiguar denúncias de violações sofridas pela população durante ações de zeladoria urbana realizadas no dia 06 de abril.

Na ocasião foram coletados relatos de que as pessoas tiveram os seus pertences pessoais retirados por agentes de zeladoria urbana, de forma arbitrária e ilegal, mediante a presença de escavadeiras e tratores. Dentre as principais queixas pontuam-se a não existência de uma equipe de assistência social acompanhando as ações para oferta de vagas fixas em centros de acolhida ou outra forma de alternativa habitacional; a falta de um aviso referente a atuação dos agentes; e a falta da entrega de contra lacre para os bens apreendidos. Foram realizados buracos na área que se assemelham a covas.

No total foram atendidas 10 pessoas que relataram terem sido vítimas de tais ações nos últimos meses.



SAÚDE

Roda de Conversa sobre comunidades terapêuticas

No dia 14 de abril, durante a Reunião Ordinária do NCDH, foi realizada uma roda de conversa sobre comunidades terapêuticas com a participação de Lumena Furtado, psicóloga, sanitarista e atualmente Diretora de Ensino, Pesquisa e Atenção à Saúde na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, e com Vitore Maximiano, defensor público, que foi Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) no Ministério de Justiça.



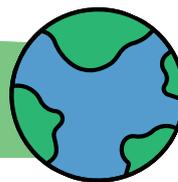
CRACOLÂNDIA

Visita para a coleta de denúncias na Cracolândia

Em razão das inúmeras denúncias de violações de direitos humanos que ocorrem na região conhecida como “Cracolândia” a partir de intervenções realizadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Guarda Civil Metropolitana, Polícia Militar, entre outros atores, o NCDH realizou, no dia 04 de abril de 2023, visita e atendimento à população em situação de rua e/ou que faz uso de substâncias e vive e circula na região. Na ocasião, verificou-se que as ações realizadas pela Guarda Civil Municipal não se encontram em conformidade com os procedimentos e o tratamento à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana, bem como que impedem as ações continuadas de fortalecimento de vínculos das equipes de saúde e assistência social no local. Em razão desta apuração, o Núcleo enviou ofício à Prefeitura de São Paulo e sua Secretaria de Segurança Urbana solicitando esclarecimentos sobre a prática adotada.



SOCIOAMBIENTAL



Cerimônia no Planalto: Governo recria Pró-Catador e aprimora decreto da reciclagem

No dia 13 de fevereiro, o defensor público Paulo Alvarenga, da unidade Santo Amaro, esteve em Brasília como colaborador do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos e a convite do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR), acompanhado de outros defensores e defensoras e catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis em dois eventos. O primeiro foi a assinatura de um decreto que institui o Programa Diogo Sant'ana Pró-Catadoras e Catadores para a Reciclagem Popular e outro decreto com foco na atividade de reciclagem, e que institui três novos instrumentos: o Certificado de Crédito de Reciclagem, o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral e o Crédito de Massa Futura. O segundo evento foi uma reunião com lideranças do Movimento Nacional de Catadores, na qual se debateu, entre outros temas, o desafio de inclusão de catadores/as avulsos/as. Confira [aqui!](#)



Visita e roda de conversa com a COOPAMARE (Cooperativa de Catadores de Papel e Papelão e Materiais Reutilizáveis)

Na sexta-feira, dia 3 de março, os membros do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos realizaram visita e roda de conversa com a COOPAMARE. A Cooperativa está em atividade há mais de 30 anos e foi a primeira do Brasil. Participaram da roda de conversa representantes de outras cooperativas do Estado de São Paulo e catadores autônomos, que puderam expor as principais dificuldades encontradas na sua atividade e para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Os principais obstáculos mencionados referem-se aos locais onde as cooperativas exercem sua atividade, a ausência de remuneração pelo poder público da atividade realizada e a falta de transparência na gestão pública deste tema. Após a conversa, os defensores e defensoras conheceram o espaço onde é feita a triagem, pesagem e recebimento dos resíduos. Confira [aqui!](#)



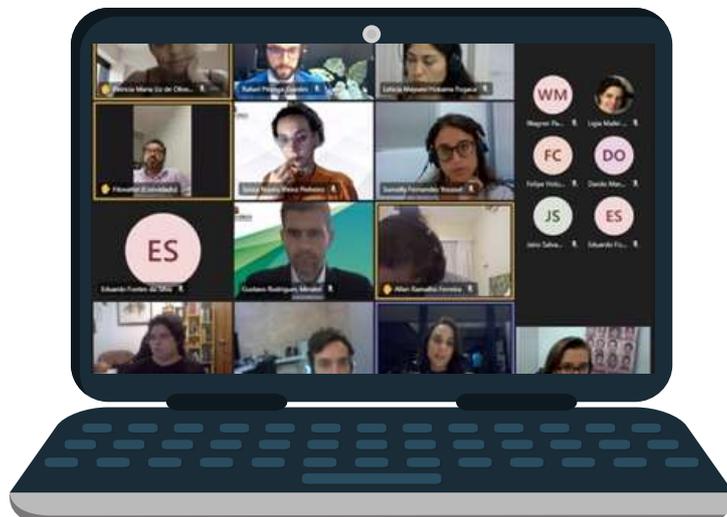


DESASTRES AMBIENTAIS



Reunião da defensoria pública para a organização da atuação em São Sebastião

Nos dias 2, 7 e 13 de março de 2023 foram realizadas reuniões com o objetivo de organizar a atuação e atendimentos em São Sebastião em decorrência do desastre ocorrido em fevereiro de 2023. Participaram da reunião o NCDH, Unidade São Sebastião, Regional São José dos Campos, 1ª e 3ª Subdefensorias, NHABURB, NEIJ e NUDDIR



Mutirão Atendimento Jurídico e Assistencial em São Sebastião

Nos dias 20 a 24 de março ocorreu o Mutirão Atendimento Jurídico e Assistencial em São Sebastião, organizado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo junto à Defensoria Pública da União. O NCDH colaborou com a presença de sua coordenadora, defensora pública Fernanda Balera.

Visita da Defensoria aos atingidos pelo desastre na cidade de São Sebastião

Durante o mês de março, as Coordenadoras do NCDH, em conjunto com outros núcleos (NUDDIR, NHABURB, NEIJ) e com a unidade São Sebastião, prestaram atendimentos aos atingidos pelo desastre das chuvas no litoral norte. Os atendimentos foram realizados nas pousadas aonde parte da população está abrigada, mediante conversas coletivas e individuais, visando o mapeamento das principais necessidades das vítimas.





Eventos

Reconhecimento facial na atuação da Defensoria: aspectos cíveis e criminais

O NCDH, junto com a Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (EDEPE), NUDECON, NUDDIR, NEIJ e Data Privacy, promoveu nos dias 07, 09, 14 e 16 de fevereiro de 2023 o evento "Reconhecimento facial na atuação da Defensoria: aspectos cíveis e criminais". O encontro foi voltado para o público interno da Defensoria Pública e contou com a participação da coordenadora Cecília Nascimento Ferreira, atuando na mediação na temática do direito processual penal e segurança pública e seus aspectos práticos.



Curso de Promotoras Legais Populares

No dia 11 de março 2023 iniciou-se, no auditório da DPE-SP, o Curso de Formação de Promotoras Legais Populares sobre desaparecimento de pessoas. O evento terá duração até 25 de agosto. O NCDH organiza o evento em conjunto com a Associação Mães em Luta e União de Mulheres. Os encontros terão como tema a constituição federal, direitos humanos e desaparecimento de pessoas. No dia 1º de abril, as coordenadoras do NCDH, Fernanda Balera e Cecília Nascimento, falaram sobre "o que são os direitos humanos?" e "por que temos que falar dos direitos humanos das mulheres?".





NCDH na mídia

Internações compulsórias em massa

No mês de abril de 2023, as propostas sobre internação compulsória em massa na Cracolândia voltaram a ganhar força na Prefeitura de São Paulo. Em entrevista ao G1, o NCDH esclareceu que as ações da Prefeitura na Cracolândia têm sido arbitrárias e violentas, gerando uma situação de medo. Desta forma, a Prefeitura tem se utilizado desta situação para argumentar que a internação compulsória é a única opção, mesmo que esta opção já tenha sido barrada pela Justiça em 2017. O NCDH também esclareceu que a presença ostensiva da Guarda Civil Metropolitana e dispersão do fluxo de forma constante dificultam o trabalho de agentes de saúde e assistência social no local, uma vez que interrompem o vínculo destes com os dependentes.



Governo de SP quer mandar pessoas em situação de rua para o interior do estado

A coordenadora-auxiliar do NCDH, Fernanda Balera apresentou preocupação com alguns pontos da proposta: (i) prática de convencer o morador de rua a se mudar; (ii) ausência de informação sobre capacitação dos trabalhadores; (iii) remuneração e condições de trabalho; e (iv) possibilidade de empregos análogos à escravidão". O coordenador da Pastoral do Povo da Rua, Padre Júlio Lancellotti, tem as mesmas questões: "Como seriam feitos os contratos? As pessoas teriam residência onde? Como seriam alojadas, seriam registradas? Como seria feito esse registro e quais os direitos trabalhistas que as pessoas teriam? Qual o salário? Os produtores estariam dispostos a receber? Seria uma pessoa só por produtor? Tudo isso precisa se saber antes".

[Confira aqui!](#)

RELATÓRIO DA DEFENSORIA PÚBLICA SOBRE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA CRACOLÂNDIA (12/04)

Em 12 de abril de 2023, a Defensoria Pública apresentou um relatório apontando as violações de direitos humanos nas ações da prefeitura na região da Cracolândia.

[Confira aqui!](#)



NCDH na mídia

Homenagem a Debora Mães de Maio



Em 09 de fevereiro, a fundadora do Movimento Mães de Maio, Débora Maria recebeu o título de Cidadã Paulistana e a Salva de Prata pelas mãos do vereador Eduardo Suplicy. Débora é ativista de direitos humanos e principal líder do movimento criado após os crimes de maio de 2006. Transformou o luto em luta e se tornou uma referência na luta por memória, justiça e reparação contra violência policial. A homenagem foi realizada na Câmara Municipal de São Paulo e contou com a participação da coordenação do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos.



Governo Tarcísio esvazia conselho que discute políticas sobre drogas, dizem defensores

Em razão da ausência de atividades do Conselho Estadual de políticas sobre Drogas (Coned) de São Paulo, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos e Núcleo Especializado de Situação Carcerária oficiaram a Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo cobrando a retomada imediata das atividades do conselho, a fim de que as políticas públicas sobre drogas não sejam unilateralmente elaboradas pelo Poder Executivo, mas subsidiadas pela produção técnica de pesquisadores disponibilizadas pelo conselho participativo, pelo acúmulo de organizações da sociedade civil na temática e, especialmente, pela real participação dos usuários ou dependente de drogas no processo. [Confira aqui!](#)



OUTRAS TEMÁTICAS

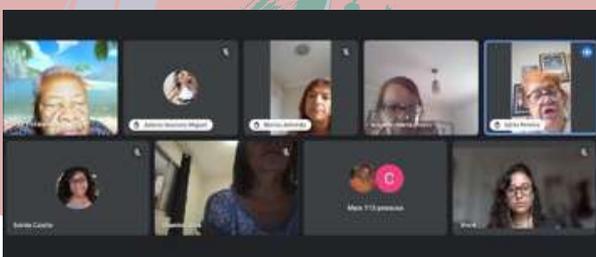
Atuação implementação do projeto Smart Sampa e impacto nos direitos à privacidade, transparência e participação

Após envio do Ofício Recomendatório 001/2023 para que houvesse maior participação popular no âmbito da implementação do Programa Smart Sampa, em 09 de fevereiro, o NCDH participou, por meio da defensora pública Cecília Ferreira, da reunião com o Tribunal de Contas do Município sobre a representação contra o Edital Smart Sampa. O projeto prevê a aquisição e instalação de câmeras com a tecnologia do reconhecimento facial na cidade de São Paulo. Foram debatidas questões sobre as possíveis violações de direitos pelo reconhecimento facial em massa e ausência de elementos mínimos de proteção no uso da tecnologia no edital do pregão eletrônico.

Em decorrência da ausência de abertura da Prefeitura de São Paulo para ampliar a participação e transparência na implementação do Programa Smart Sampa, o NCDH, em conjunto com organizações da sociedade civil, propôs Ação Civil Pública para questionar a licitação na modalidade pregão. [Veja matéria sobre o tema:](#)

Reunião com o MOVA e Ouvidoria da Defensoria Pública

Em 11 de março de 2023, o NCDH, representado pela defensora Surrailly Fernandes, participou do 1º Fórum Municipal MOVA SP. O evento teve por objetivo debater o tema da Instrução Normativa 25 e suas implicações na parceria SME/MOVA-SP. A roda de palestrantes contou também com a participação da Ouvidora Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Camila Marque Barroso. Outros temas também foram abordados, dentre eles os informes das regiões.



OUTRAS TEMÁTICAS

Reunião da Comissão de Direitos Humanos do CONDEGE

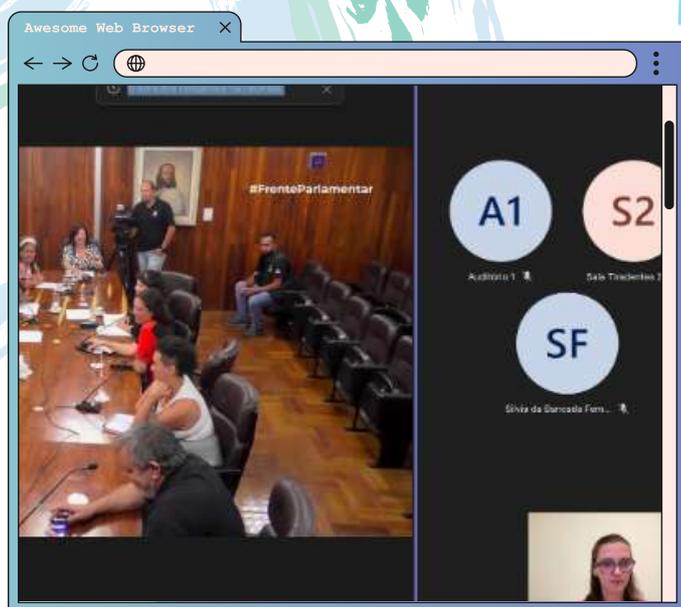
Em 10 de março de 2023, a coordenadora do NCDH, Fernanda Balera, representou a DPE-SP em reunião na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE), em Porto Alegre, para revisão, atualização e discussão de protocolos. O grupo, composto por defensores públicos de sete Estados diferentes, visitou as instalações do Centro de Referência em Direitos Humanos da DPE do Rio Grande do Sul (CRDH - DPE/RS) e conheceram o fluxo de atendimento aos detidos no Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional (NUGESP).

A Comissão tratou de assuntos como o Protocolo de Atendimento Criminal da Defensoria Pública às Pessoas Indígenas e a revisão do protocolo sobre população em situação de rua. Também foi divulgado o resultado do mapeamento dos Núcleos de Direitos Humanos e foram discutidos os protocolos para casos de tortura e de defesa das vítimas do desaparecimento de pessoas, além de ações institucionais e informes gerais.

[Confira aqui](#)

Reunião da Frente Parlamentar em Defesa do Carnaval de Rua sobre o balanço do carnaval 2023

Em 05 de abril de 2023, foi realizada uma reunião com a Frente Parlamentar em Defesa do Carnaval de Rua sobre o balanço do carnaval de 2023 com intuito de avaliar a festa realizada este ano na cidade de São Paulo. A reunião contou com a participação da coordenação do NCDH e dos representantes dos blocos de rua que relataram os problemas ocorridos durante a festividade e ressaltaram a necessidade de mais diálogo com o poder executivo para minimizar as ocorrências de violência institucional.





OUTRAS TEMÁTICAS

Reunião com o Ministro Luís Felipe Salomão, corregedor geral, para discussão de mutirão de identificação civil em SP

Em 24 de março, o NDCH, representado pela defensora pública Surrailly Fernandes, participou da reunião com o Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Corregedor Nacional de Justiça, Luís Felipe Salomão, sobre o mutirão de identificação civil em São Paulo, tendo em vista a dificuldade de obtenção de documentação da população em situação de rua.



Prêmio Justiça Para Todos



No dia 11/04 a Ouvidoria -Geral da Defensoria Pública de São Paulo divulgou as práticas premiadas na edição de 2022 do Prêmio Justiça Para Todos e Todas.

A premiação tem por objetivo prestigiar servidoras, servidores, defensoras, defensores e órgãos da Defensoria Pública, com atuação para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária.

O NCDH foi contemplado na categoria Órgãos, tendo recebido duas menções honrosas devido atuação no mutirão de atendimento jurídico e multidisciplinar à população atingida pelas chuvas em São Sebastião, e pela atuação garantindo o direito ao voto nas eleições gerais 2022: a gratuidade do transporte público.

[Confira aqui!](#)





OUTRAS TEMÁTICAS



76ª Sessão do CAT (Comitê contra a Tortura das Nações Unidas)

Nos dias 19 e 20 de abril, os Núcleos Especializados de Situação Carcerária e de Direitos Humanos da Defensoria Pública de São Paulo (NESC e NCDH) atuaram no processo de revisão periódica do Estado Brasileiro perante o Comitê Contra a Tortura da ONU (sigla CAT, em inglês), que foi tema da 76ª Sessão do CAT, que ocorreu em Genebra.

Um relatório sombra elaborado pelo NESC em conjunto com NCDH foi apresentado pela Defensora coordenadora do NESC, Mariana Borgheresi Duarte.

(relatório sombra) apresentado pelo NCDH e NESC - [Confira aqui:](#)



Atendimento itinerante de 28/04/2023, das 8h00 ao 12h00 na Cozinha Escola do Movimento Estadual da População em Situação de Rua - Rua: Solon, 819 - Bom Retiro.

Em 28/04/2023, das 8h00 ao 12h00, o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos realizou atendimento itinerante na Cozinha Escola do Movimento Estadual da População em Situação de Rua - Rua: Solon, 819 - Bom Retiro. Foram realizados 19 atendimentos.

Escuta dos sobreviventes do massacre do Carandiru

O NCDH e o NESC participaram de uma escuta dos sobreviventes do massacre do Carandiru na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, a convite das professoras Cecilia Asperti, Maíra Machado, Flávia Puschel e Carla Osmo. Nessa oportunidade, foi possível discutir políticas de reparação para graves violações de direitos humanos, a partir da perspectiva das vítimas.





OUTRAS TEMÁTICAS



Divulgação da cartilha de abuso de drogas no território da Cracolândia e Roda de Escuta sobre Drogas e Políticas Públicas

O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) esteve, no dia 12 de maio, no território da Luz para participar em roda de escuta com trabalhadores, organizações da sociedade civil, coletivos e usuários que frequentam a região central. A discussão contou com a participação de Marta Machado, Secretária Nacional de Política sobre Drogas do Ministério da Justiça (SENAD) e Leonardo Pinho, Diretor de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Entre os temas abordados, destaca-se a construção de políticas públicas com perspectiva de direitos humanos para usuários/as de álcool e outras drogas.

No mesmo dia, nas proximidades ao Teatro Contêiner Mungunzá, o NCDH realizou uma ação de atendimento e distribuição da cartilha “Uso abusivo de álcool e outras drogas: o que fazer?”, elaborada em conjunto com o Centro de Convivência É de Lei @ccedelei, com ilustrações de @carolito.hq.





OUTRAS TEMÁTICAS

Reunião com a Comissão Arns sobre pessoas em situação de rua

O NCDH participou de reunião com a Comissão Arns para discutir atuações estratégicas para reduzir a violência e vulnerabilidade que afeta a população em situação de rua. Entre os temas abordados foi a ADPF 976 sobre “estado de coisas inconstitucional concernente às condições desumanas de vida da população em situação de rua no Brasil”.





PARA VER, LER E OUVIR



PARA LER

Entrevista com Ella Jonas, prefeita e Frank McCall, chefe da polícia de Ferguson, em Missouri

Ella Jones, a primeira mulher e pessoa negra escolhida para comandar a cidade de Ferguson, no Estado americano do Missouri no condado de St. Louis, foi eleita em 2020, poucos dias após a morte de George Floyd por policiais brancos em Minneapolis, caso que gerou uma onda de protestos antirracistas em todo o mundo. Ao lado do chefe de polícia, a prefeita defende a construção de uma relação integrada da polícia com a comunidade, e que as câmeras corporais esclarecem casos para os dois lados.

[Confira a notícia](#)



Cartilha Uso abusivo de álcool e outras drogas: o que fazer?

A Cartilha elaborada pelo Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos visa esclarecer o cidadão sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas, elencando quais são os direitos da pessoa que faz uso, onde a pessoa pode buscar atendimento, mitos e verdades, e muito mais.



EQUIPE DO NÚCLEO

Coordenação

Fernanda Penteado Balera
Surrailly Fernandes Youssef
Cecilia Nascimento Ferreira

Equipe Administrativa

Rafael Alves de Moura - oficial
Tatiane Medeiros Cruz - oficial

Defensoras/es Integrantes

Amanda Moniz de Abreu
Amanda Pilon Barsoumian
Antônio José Maffezoli Leite
Bruna de Cassia Teixeira Werneck
Cecília Nascimento Ferreira
Caio Jesus Granduque José
Daniel Guimarães Zveibil
Daniela Batalha Tretel
Davi Quintanilha Failde de Azevedo
Fernanda Dutra Pinchiaro
Fernanda Penteado Balera
Gabriela Mosciaro Padua
Marcelo Dayrell Vivas
Maria Thiago Moreira
Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II
Renato Campos Pinto de Vitto
Surrailly Fernandes Youssef
Tatiana Belons Vieira
Vitor Ortiz Amando de Barros

Centro de Atendimento Multidisciplinar

Iara Mouradian Pedo - psicóloga
Wilherson Carlos Luiz - sociólogo

Estagiárias/os de Direito

Barbara de Oliveira Costa
Camila Santos Ezequiel da Costa
Carolina Rosmaninho Beraldo Barreto
Giovanna Christie de Mello Brandão
Leticia Lopes Aguiar
Raquel Couto Nascimento
Nicole Venancio Michelin
Mariellen Milhomem Barros

Estagiárias de Pós-Graduação

Bruna Sueko Higa de Almeida
Isabella Castro Machado
Lícia Ribeiro Porfírio

COMISSÃO DO BOLETIM

Bruna Sueko Higa de Almeida
Leticia Lopes Aguiar
Camila Santos Ezequiel da Costa
Giovanna Christie de Mello Brandão
Isabella Castro Machado
Raquel Couto Nascimento

